



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Professor Israel Batista** - PV/DF

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº ____ /2021

(Do Sr. Deputado Professor Israel Batista)

Requer a realização de audiência pública para debater e analisar os impactos que podem ser causados a partir da aprovação da PEC 32/2020, Reforma Administrativa, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para debater os impactos da Reforma Administrativa para a Fiscalização Financeira e Controle da União.

Para a realização de audiência pública, requeiro que sejam convidadas as seguintes representações:

1. Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - Unacon Sindical; Sr. Braúlio Cerqueira;
2. Sr. Alison Sousa, servidor do TCU e Presidente do SINDILEGIS;
3. Vinícius Leopoldino do Amaral, Consultor Legislativo do Senado Federal;
4. Sr. Alexandre Saraiva, ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas;
5. Sr. Luís Ricardo Miranda, servidor responsável pelo setor de importação do Ministério da Saúde.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Israel Batista
Para a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211865191600>



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição, n. 32, doravante denominada PEC da Reforma Administrativa, do qual foi encaminhada como peça fundamental do pacote de reestruturação do Estado brasileiro, pelo Governo Federal, justificando-se, então, sua necessidade para fins de manutenção ou prevenção do chamado Teto de Gastos, precisa ser melhor debatida e analisada.

Entendemos que, a maior motivação para a sua propositura é pautada pela ideologia da atual gestão federal, em uma tentativa de desmoralização dos servidores públicos frente à sociedade, de maneira geral, responsabilizando-os, injustamente, pelos déficits que anualmente o Estado brasileiro enfrenta.

Desde sua posse, ainda em 2019, Bolsonaro e sua ala econômica vinham ameaçando encaminhar a proposta de Reforma Administrativa para acabar com o que eles em demasiados momentos chamaram e continuam a chamar de “parasitismo do funcionalismo público”, para nossa maior indignação, mas não para a nossa surpresa, o Governo Bolsonaro apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que não veio acompanhada de qualquer diagnóstico fundamentado, estudo ou projeções concretas dos resultados que este projeto alcançará caso seja aprovado pelas casas legislativa do Congresso Nacional.

Ressaltamos novamente: não há dados ou evidências que deem bases suficientes para as propostas apresentadas pelo texto ao Congresso. Pelo contrário, suas principais decisões vão na contramão do que temos de fundamentos na gestão pública.

Sr. Presidente, a proposta que está em discussão fere os direitos e garantias individuais e sociais, uma vez que, seus dispositivos caso sejam aprovados resultará na precarização dos serviços públicos. Esta proposta é um claro retrocesso que abre precedentes para o enfraquecimento do serviço público.

Além disso, a possibilidade de criação e extinção de cargos e setores sem a devida justificativa para a ação é entendida como uma ameaça à qualidade dos serviços e direitos destes servidores.

A proposta apresentada prevê mais autonomia para os órgãos da administração na gestão e exploração de patrimônio próprio e na criação de procedimentos específicos para a contratação de bens e serviços, sabemos que isto irá gerar uma multiplicação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Professor Israel Batista** - PV/DF

desordenada de submundos jurídicos, orçamentários e financeiros dentro do próprio Estado.

Tal como está, a reforma administrativa do governo Bolsonaro estimula a corrupção no Brasil, contribui para a desorganização da administração (até as escolas de governo são retiradas da Constituição Federal) e termina por comprometer aquilo que supostamente pretende melhorar, a eficiência e integridade do gasto público, bem como as entregas à população.

Por isso, proponho que convidamos as representações acima listadas para que apresentem estudos e dados que suportem a nossa tese de que esta Proposta é meramente pautada por anseios ideológicos.

Acreditamos, Sr. Presidente, que sim, precisamos repensar o serviço público, de forma a modernizá-los e torná-los cada vez mais eficientes para atender as necessidades do Estado, em especial, o povo brasileiro que tanto padece de auxílio para o seu desenvolvimento e estado de bem estar. Mas não acreditamos que a proposta que está sendo discutida hoje seja o que precisamos, uma proposta equivocada, que não se sustenta em dados reais.

Haja vista a necessidade de ampliação do debate acerca desta proposta, solicito o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das sessões, em Julho de 2021.

PROFESSOR ISRAEL BATISTA
DEPUTADO FEDERAL - PV/DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Israel Batista
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211865191600>

